

BP

2021

Publicado em março de 2022

Balanço Patrimonial do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município





Documento Assinado Digitalmente por: WILMAR PIRES BEZERRA, ISAIAS HONORATO DA SILVA MARQUES
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 88144ad6-d650-4635-8447-629914291005



BPM
2021

Balanço Patrimonial do Município

Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Publicado em março de 2022



APRESENTAÇÃO

O Balanço Patrimonial do Município (BPM) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012.

As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877/2018, bem como da Instrução de Procedimento Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela *International Federation of Accountants (IFAC)*, respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185 de 27 de maio de 2010. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com suporte orientativo do Centro de Estudos, Pesquisa e Assessoria em Administração Municipal Ltda (CESPAM).

O Balanço Patrimonial do Município (BPM), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro específico para apuração do Superávit Financeiro.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP da Resolução TCE-PE nº 147, de 01 de dezembro de 2021, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE, dentre elas a utilização dos prefixos "P" ou "F" relativo aos atributos "Permanente" e "Financeiro".

Durante o exercício o município esteve em estado de calamidade pública, conforme Decreto Municipal nº 003 de 08 de janeiro de 2021, decorrente da pandemia causada pelo COVID-19. Desta forma, para melhor compreensão dos fenômenos contábeis, orçamentários e patrimoniais, alertamos o usuário da informação a possíveis mudanças bruscas de padrão e comportamento de ingressos e desembolsos de recursos neste período para efeitos comparativos e estatísticos.

O resultado patrimonial do exercício foi de R\$ 15.639.814,93 deficitário. Para efeito de levantamento do cálculo do Superávit Financeiro para o próximo exercício, definido no §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, consta ao final do exercício no Quadro de Superávit Financeiro o valor total de R\$ 2.084.478,91, os quais serão detalhados nas notas explicativas.

A seguir será apresentado o balanço patrimonial na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

ISAÍAS HONORATO DA SILVA MARQUES
Prefeito

JOSAFÁ DE FRANÇA VERÇOSA
Secretário de Administração e Finanças

LUCIANA MARIA DE SOUZA BELLO
Secretaria Executiva de Contabilidade

MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ

AVENIDA JOSÉ BEZERRA SOBRINHO, S/N - CENTRO - 55.578-000 - Tamandaré/ PE

Usuário: Jamay

Chave de Autenticação
1965-9556-098

Página
2 / 3

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

Valores em R\$ - Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Despesa realizada: Empenhada

Ativo			Passivo		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis	-36.748,77	-32.767,67			
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00			
Bens imóveis	58.508.240,79	57.410.486,63			
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	-159,04	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00			
Intangível Nota 8	0,00	0,00			
Softwares	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00			
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00			
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00			
TOTAL	88.257.986,19	103.659.833,47	TOTAL	88.257.986,19	103.659.833,47
ATIVO FINANCEIRO Nota 16	7.238.635,36	10.007.816,05	PASSIVO FINANCEIRO Nota 18	5.154.156,45	2.860.598,78
ATIVO PERMANENTE Nota 17	81.019.350,83	93.649.830,42	PASSIVO PERMANENTE Nota 19	26.723.936,47	28.779.526,49
SALDO PATRIMONIAL Nota 20				56.379.893,27	72.017.521,20

COMPENSAÇÕES

Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
Saldo dos atos potenciais do ativo			Saldo dos atos potenciais do passivo		
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos	44.000,00	50.700,00
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos	0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	44.000,00	50.700,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL Nota 21	44.000,00	50.700,00



MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ

AVENIDA JOSÉ BEZERRA SOBRINHO, S/N - CENTRO - 55.578-000 - Tamandaré/ PE

Usuário: Jamay

Chave de Autenticação
1965-9556-098

Página
3 / 3

Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	201.387,93	6.808.545,20
01 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	-1.835.761,92	-250.407,24
02 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - SAÚDE	-695.008,99	-1.001.457,50
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais da Educação Básica em efetivo exercício – mínimo 70%)	-68.136,83	-513.084,03
19 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	-58.677,87	-341.434,77
20 - Transferências da complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00	-183.457,31
31 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	183.528,99
33 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/SAÚDE	0,63	-443.651,09
34 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)	2.140.744,45	-43.800,70
35 - TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO	238.463,69	0,00
36 - SALÁRIO-EDUCAÇÃO	568.822,35	138.066,22
37 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (NÃO REPASSADAS POR MEIO DE CONVÊNIOS)	-37.492,11	-57.251,02
38 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO	1.204.485,42	2.958.918,18
43 - Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	17.705,00	351.033,35
44 - Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	304.648,35	168.116,93
45 - Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	8.175,73	1.769,10
61 - Transferências Voluntárias – Estado/Assistência Social	0,00	4.307,50
63 - Transferências Voluntárias – Estado/Saúde	0,00	85.653,98
64 - Transferências Voluntárias – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	-718.178,52
67 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/ESTADO	2.747,16	0,00
78 - Emendas Parlamentares Individuais - Transferência com finalidade definida (Inciso II do art. 1º EC 105/2019)	92.375,92	0,00
TOTAL Nota 22	2.084.478,91	7.147.217,27

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Tamandaré, Fundo Municipal de Assistência Social de Tamandaré, Fundo Municipal de Saúde de Tamandaré, Fundo Municipal de Educação de Tamandaré, Câmara Municipal de Vereadores de Tamandaré

ISAIAS HONORATO DA SILVA
MARQUES:03921882443

Assinado de forma digital por ISAIAS HONORATO DA SILVA
MARQUES:03921882443
Dados: 2022.03.29 17:58:29 -03'00'

Isaias Honorato da Silva Marques

Prefeito

WILMAR PIRES
BEZERRA:72870648472

Assinado de forma digital por WILMAR PIRES BEZERRA:72870648472
Dados: 2022.03.29 19:15:38 -03'00'

Wilmar Pires Bezerra

Contador
015.662/ O-2 CRC-PE

Documento Assinado Digitalmente por: WILMAR PIRES BEZERRA, ISAIAS HONORATO DA SILVA MARQUES
Acesse em: <https://eic.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 881a4ad6-db50-4635-84b7-62b914261b05



BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2021



NOTAS EXPLICATIVAS

(ANEXO 14 – BALANÇO PATRIMONIAL DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

a.1. Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação: Prefeitura Municipal de Tamandaré
a.2. Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
a.3. CNPJ: 01.596.018/0001-60.
a.4. Domicílio do órgão ou entidade: Av. José Bezerra Sobrinho, SN – Bairro: Centro – Cidade: Tamandaré – Pernambuco – CEP: 55.578-000.
a.5. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade consolidadora: A Prefeitura Municipal de Tamandaré concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. Para tanto, em sua estrutura constam secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A Câmara de Vereadores se mantém através de transferências financeiras feitas pelo município até o dia 20 de cada mês chamado de “Duodécimo”.
a.6. Dados estatísticos e informações gerais: A população estimada pelo IBGE é de 23.852 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1,20. Durante o exercício a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 558 de 29 de outubro de 2020.
a.7. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 877/2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC T nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC T nº 17 Demonstrações Contábeis Consolidadas. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas, este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação Contábil da STN.
a.8. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis: A consolidação deste balanço abrange o Poder Legislativo e Executivo e Fundos Municipais, conforme relação a seguir: <ol style="list-style-type: none">1) Prefeitura Municipal de Tamandaré, Contador: Wilmar Pires Bezerra CRC-PE. 015.662/O-2 (Responsável pela consolidação)2) Câmara Municipal de Vereadores de Tamandaré, Contador: Amaro José da Silva. CRC-PE 15.106/O-63) Fundos Municipal de Saúde, Contador: Wilmar Pires Bezerra CRC-PE. 015.662/O-24) Fundo Municipal de Assistência Social, Contador: Wilmar Pires Bezerra CRC-PE. 015.662/O-25) Fundo Municipal de Educação, Contador: Wilmar Pires Bezerra CRC-PE. 015.662/O-2

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do município, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Patrimonial, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.
b.2. Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes: <ul style="list-style-type: none">▪ O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.▪ A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.▪ Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

Documento Assinado Digitalmente por: WILMAR PIRES BEZERRA, ISAIAS HONORATO DA SILVA MARQUES
Acesse em: <https://stce.tce-pe.gov.br/pepp/validarDoc.html?CodigoDoDocumento=88174446-4bf5-4c35-84b7-620914261b53>

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2021



NOTAS EXPLICATIVAS

- O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).
- A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.
- Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).
- As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para “Financeiro”, e (P), para “Permanente”, conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas em Resolução do TCE-PE.
- Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.
- Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (6º e 7º níveis).
- O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:
- Em atendimento a Resolução do TCE-PE, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas não foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação do item 5.2 à página 442 da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
- As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.
- Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.
- A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).
- As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.
- O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa nos últimos três exercícios tendo como base o dia 01 de janeiro de cada ano, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de cada ano, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses conforme valor previsto na LOA para o exercício, restando seu saldo residual no ativo não circulante.
- As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.
- As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva.
- As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável por parte do Poder Executivo está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio.

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2021



NOTAS EXPLICATIVAS

- As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.
- As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se os seguintes critérios:
 - I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Para este último caso, caso existam, o sistema contábil foi parametrizado para realizar a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.3. Termos e Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2021



NOTAS EXPLICATIVAS

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2021



NOTAS EXPLICATIVAS

Documento Assinado Digitalmente por: WILMAR PIRES BEZERRA, ISAIAS HONORATO DA SILVA MARQUES
Acesse em: https://ecccetec.pe.gov.br/ppp/vr/validaDoc.seam?codigo_documento=881raad6-dfb50-4635-84b7-62b91429f1b5

Ações / Cotas em Tesouraria

Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento. Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

b.4. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

b.5. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais, exceto as "provisões matemáticas previdenciárias".

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Anexo 14 – Balanço Patrimonial da Lei Federal 4.320/64
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2021



NOTAS EXPLICATIVAS

Documento Assinado Digitalmente por: WILMAR PIRES BEZERRA, ISAIAS HONORATO DA SILVA MARQUES
 Acesse em: <https://tce.tce-pe.gov.br/ep/validarDocumento?codigo-do-documento=88174460-4b50-4c35-84b7-62b914261b55>

Ativo Circulante Nota 1	9.944.297,47
Caixa e equivalentes de caixa F Nota 2	7.238.635,36
Créditos a curto prazo Nota 3	2.705.662,11
Créditos tributários a receber	0,00
Clientes	0,00
Créditos de transferências a receber P	985.662,11
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00
Dívida ativa tributária P	1.923.509,18
Dívida ativa não tributária	0,00
(-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo P	-203.509,18
Demais créditos e valores a curto prazo	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo	0,00
Estoques Nota 4	0,00
Ativo não circulante mantido para venda	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 9.944.297,47, compostos de Caixa e Equivalentes de Caixa e Créditos a Curto Prazo.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas ao final do exercício somam R\$ 7.238.635,36. No exercício anterior o valor foi de R\$ 3.791.872,57.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA DETALHADA (Art. 8º e Art. 50 da LC 101/2000 LRF)		
Entidades	Recursos Próprios	Recursos Vinculados
Prefeitura Municipal	1.330.120,84	2.219.225,64
Fundos Municipal de Saúde (FMS)	205.048,70	1.413.503,85
Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)	9.173,66	333.605,98
Fundo Municipal de Educação	23.733,30	1.704.223,39
Total	1.568.076,50	5.670.558,86

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO: O saldo dos créditos a curto prazo ao final do exercício soma R\$ 2.705.662,11.

DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS A CURTO PRAZO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 8ª Edição p. 432)

Níveis	Valor
Créditos de transferências a receber do SUS (1)	1.871,04
Créditos de transferências a receber Outras Transferências da União (2)	578.000,00
Créditos de transferências a receber Inter OFSS – Estado (3)	405.791,07
Dívida Ativa Tributária (4)	1.923.509,18
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Tributária (4)	-203.509,18
TOTAL	2.705.662,11

(1) Referem-se aos registros patrimoniais da receita por competência baseado nos valores liberados pelo SUS. Os valores foram compensados financeiramente apenas no exercício seguinte em atendimento ao estudo técnico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e NBCASP. No entanto, o registro por competência foi realizado. Os valores dos avisos de crédito estão disponíveis na internet no seguinte endereço eletrônico: <http://portalfns.saude.gov.br/>

(2) Referente reconhecimento patrimonial de crédito de Emenda Parlamentar Individual liberada para o município conforme site https://www.tesourotransparente.gov.br/9publicações/demonstrativo-relativo-as-emendas-parlamentares-individuais-para-df-estados-e-municipios/2021/114?ano_selecionado=2021 sem que tenha sido encontrada nas contas bancárias até o fechamento do balanço.

(3) Referem-se aos registros patrimoniais da receita por competência baseado nos valores liberados pela SEFAZ – PE no valor de R\$ 405.791,07. Os valores foram compensados financeiramente apenas no exercício de 2022, conforme estudo técnico da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e NBCASP. O registro da receita por competência foi realizado. Os valores dos avisos de crédito estão disponíveis na internet nos seguintes endereços eletrônicos: SEFAZ – <http://www.sefaz.pe.gov.br/RPM/Scripts/TransfConstitucionalCons.asp>.

(4) Até o fechamento do balanço, o setor tributário do município não informou a previsão de arrecadação até o final do exercício seguinte e das perdas da dívida ativa. Na ausência de informações do setor de tributação, foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária com base na média de arrecadação dos três últimos exercícios, restando seu saldo residual no ativo não circulante. As perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa foram mensuradas com base no valor previsto na Lei Orçamentária Anual para 2022.

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2021



NOTAS EXPLICATIVAS

Documento Assinado Digitalmente por: WILMAR PIRES BEZERRA, ISAIAS HONORATO DA SILVA MARQUES
 Acesse em: <https://portal.tamandare.pb.gov.br/portal/validarDoc.aspx?Codigo-do-documento=881e4ad0-d850-4d35-84b7-62b914261b65>

Dívida Ativa Tributária - IPTU	2019	2020	2021	Média
Valor Arrecadado no ano	1.940.819,56	1.536.339,69	2.293.368,28	1.923.509,18
Valor Orçado para 2022				1.720.000,00
Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária Curto Prazo				203.509,18

Nota 4) ESTOQUE: Até o fechamento deste balanço não houve informações disponibilizadas quanto as baixas e incorporações do estoque. Sugerimos a administração a adoção de procedimentos de controle do almoxarifado e estoque para compatibilização em tempo real com o setor contábil. O tratamento contábil dado mensalmente ao material de consumo (elemento 3.3.90.30), foi registrado diretamente numa variação patrimonial diminutiva.

POLÍTICA CONTÁBIL E CRITÉRIOS DE VALORAÇÃO ADOTADA NA MENSURAÇÃO DO ESTOQUE:

Os "Estoques", são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Ativo não Circulante Nota 5	78.313.688,72	93.652.017,42
Ativo realizável a longo prazo Nota 6	4.001.863,43	21.100.203,31
Créditos a longo prazo	4.001.863,43	21.100.203,31
Créditos tributários a receber	0,00	0,00
Clientes	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Dívida ativa tributária P	45.793.195,58	23.317.152,29
Dívida ativa não tributária P	114.766,25	114.766,25
(-) Ajuste de perdas de créditos a longo prazo P	-41.906.098,40	-2.331.715,23
Demais créditos e valores a longo prazo	0,00	0,00
Investimentos e aplicações temporárias a longo prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Participações permanentes	0,00	0,00
Avaliadas pelo método de equivalência	0,00	0,00
Avaliadas pelo método de custo	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00
Propriedades para investimentos	0,00	0,00
(-) Depreciação acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00
Investimentos do RPPS de longo prazo	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de propriedades	0,00	0,00
Demais investimentos permanentes	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável	0,00	0,00
Imobilizado Nota 7	74.311.825,29	72.551.814,11
Bens móveis P	15.840.492,31	15.174.095,15
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens móveis	-36.748,77	-32.767,67
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis	0,00	0,00
Bens imóveis	58.508.240,79	57.410.486,63
(-) Deprec./Amort./Exaustão acumulada bens imóveis	-159,04	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis	0,00	0,00
Intangível Nota 8	0,00	0,00
Softwares	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
Marcas, direitos e patentes industriais	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
Direito de uso de imóveis	0,00	0,00
(-) Amortização acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao valor recuperável de intangível	0,00	0,00
TOTAL	88.257.986,19	103.659.833,47

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2021



NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 5) ATIVO NÃO CIRCULANTE: Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo e imobilizado totalizam R\$ 78.313.688,72.

Nota 6) REALIZÁVEL A LONGO PRAZO O valor de R\$ 4.001.863,43, sendo:

Descrição	Valor
Dívida Ativa Tributária	45.793.195,58
Dívida Ativa Não Tributária	114.766,25
(-) Ajuste para perda de dívida ativa tributária	(41.791.332,15)
(-) Ajuste para perda de dívida ativa não tributária	(114.766,25)
TOTAL	4.001.863,43

Até o fechamento do balanço, o setor tributário do município não informou a previsão de perdas da dívida ativa. Na ausência de informações do setor de tributação, o ajuste para perdas foi calculado sobre o percentual de efetividade de arrecadação nos últimos três exercícios, levando em consideração o estoque inicial e final do crédito tributário a receber conforme memória de cálculo a seguir:

Descrição	2019	2020	2021	Média
Saldo da Dívida Ativa Tributária em 01 de janeiro	15.078.050,99	26.685.588,97	30.223.756,16	23.955.798,71
Valor Arrecadado no ano	1.940.819,56	1.536.339,69	2.293.368,28	1.923.509,18
Percentual de Arrecadação	12,87%	5,76%	7,59%	8,74%
Percentual de Perda de Arrecadação (%)	0,8713	0,9424	0,9241	0,9126

Saldo da Dívida Ativa em 31/12/2021 R\$ 45.793.195,58
Ajuste para Perda da Dívida Ativa Tributária (Longo Prazo) R\$ 41.791.332,15

Descrição	2019	2020	2021	Média
Saldo da Dívida Ativa Não Tributária em 01 de janeiro	114.766,25	114.766,25	114.766,25	114.766,25
Valor Arrecadado no ano	0,00	0,00	0,00	0,00
Percentual de Arrecadação	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Percentual de Perda de Arrecadação (%)	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000

Saldo da Dívida Ativa em 31/12/2021 R\$ 114.766,25
Ajuste para Perda da Dívida Ativa Não Tributária (Longo Prazo) R\$ 114.766,25

Nota 7) IMOBILIZADO: O valor do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 74.311.825,29. O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável por parte do Poder Executivo está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio. O valor de R\$ 36.907,81 é relativo as depreciações acumuladas realizadas pelo Poder Legislativo. Não foram disponibilizadas as informações relativas a possíveis reavaliações de bens e teste de imparidade.

DETALHAMENTO DO IMOBILIZADO EM NOTAS EXPLICATIVAS
(MCASP 8ª Edição p. 432)

Descrição	Valor (R\$)	
	2021	2020
Bens móveis	15.840.492,31	15.174.095,15
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens móveis)	(36.748,77)	(32.767,67)
Bens imóveis	58.508.240,79	57.410.486,63
Depreciação/amortização/exaustão acumulada (bens imóveis)	(159,04)	(0,00)
Total	74.311.825,29	72.551.814,11

Nota 8) INTANGÍVEL: O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2021



NOTAS EXPLICATIVAS

Documento Assinado Digitalmente por: WILMAR PIRES BEZERRA, ISAIAS HONORATO DA SILVA MARQUES
 Acesse em: <https://ctec.tec.pe.gov.br/ep/validaDoc.aspx?Codigo-do-documento=88174464-4b50-4c35-84b7-62b914261b65>

Passivo Circulante Nota 9	7.857.970,71	2.860.598,78
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo F/P Nota 10	3.480.752,14	1.622.028,77
Empréstimos e financiamentos a curto prazo	0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo F Nota 11	2.680.879,59	239.580,00
Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	0,00
Obrigações de repartição a outros entes	0,00	0,00
Provisões a curto prazo	0,00	0,00
Demais obrigações a curto prazo F Nota 12	1.696.338,98	998.990,01

Nota 9) PASSIVO CIRCULANTE: As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 7.857.970,71.

Nota 10) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO: O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final do exercício foi de R\$ 3.480.752,14.

Segregação dos passivos com os atributos "F" e "P":

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS EM NOTAS EXPLICATIVAS
 (MCASP 8ª Edição p. 432)

Níveis	Valor	Atributo
Pessoal a Pagar	5.800,00	F
Encargos Sociais a Pagar	771.137,88	F
Subtotal	776.937,88	
INSS do exercício (1)	174.462,37	P
Contribuições Previdenciárias – Débito Parcelado a curto prazo	2.419.685,07	P
Outros Encargos Sociais – Débito Parcelado a curto prazo	109.666,82	P
Subtotal	2.703.814,26	
TOTAL	3.480.752,14	

(1) Refere-se ao registro patrimonial por competência das obrigações patronais do mês de dezembro que não foram empenhadas por não haver saldo orçamentário.

Nota 11) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO: Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ 2.680.879,59, relativo a fornecedores e contas a pagar. O saldo total dos restos a pagar no exercício anterior foi de R\$ 239.580,00.

Nota 12) DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO: As demais obrigações a curto prazo são compostas pelas Consignações no valor de R\$ 1.696.338,98. O detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante.

Passivo não Circulante Nota 13	24.020.122,21	28.779.526,49
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo P Nota 14	24.020.122,21	28.779.526,49
Empréstimos e financiamentos a longo prazo	0,00	0,00
Fornecedores e contas a pagar a longo prazo	0,00	0,00
Obrigações fiscais a longo prazo	0,00	0,00
Provisões a longo prazo	0,00	0,00
Demais obrigações a longo prazo	0,00	0,00
Resultado diferido	0,00	0,00

Nota 13) PASSIVO NÃO CIRCULANTE: As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 24.020.122,21, decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar.

Nota 14) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO: O montante de R\$ 24.020.122,21 compreende os Parcelamentos existentes relativos ao PASEP e INSS.

DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS EM NOTAS EXPLICATIVAS
 (MCASP 8ª Edição p. 432)

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo	Saldos
Contribuições Sociais – Débitos Parcelados – PASEP	79.965,86
Débito Parcelado – INSS	23.940.156,35
Total	24.020.122,21

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2021



NOTAS EXPLICATIVAS

Documento Assinado Digitalmente por: WILMAR PIRES BEZERRA, ISAIAS HONORATO DA SILVA MARQUES
 Acesse em: <https://cetescc.pf.gov.br/epf/validarDoc.aspx?codigo-do-documento=8817446-4b50-4c35-84b7-62b914261b65>

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social/capital social	253.933,86	253.933,86
Adiantamento para futuro aumento de capital	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	0,00
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00
Reservas de lucros	0,00	0,00
Demais reservas	0,00	0,00
Resultado acumulado	56.125.959,41	71.765.774,34
Resultado do exercício	-15.639.814,93	10.789.812,50
Resultado de exercícios anteriores	71.765.774,34	60.975.961,84
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00
Outros resultados	0,00	0,00
Ações/Cotas em tesouraria	0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Nota 15	56.379.893,27	72.019.708,20

Nota 15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O patrimônio líquido da entidade perfez o valor de R\$ 56.379.893,27. O valor do resultado do exercício será detalhado a seguir:

DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM NOTAS EXPLICATIVAS
 (MCASP 8ª Edição p. 432)

Patrimônio Social e Capital Social	253.933,86
Ajuste de Avaliação Patrimonial	0,00
Resultados Acumulados	56.125.959,41
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56.379.893,27

Os Resultados Acumulados foram compostos da seguinte forma:

Resultados Acumulados de exercícios anteriores	71.765.774,34
Resultado do Exercício	-15.639.814,93
Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00
Lucros e Prejuízos Acumulados	0,00
RESULTADOS ACUMULADOS	56.125.959,41

O resultado do exercício deficitário em R\$ 15.639.814,93 foi influenciado pelo reconhecimento de R\$ 39.574.383,17 relativo ao ajuste de perdas da dívida ativa.

ATIVO FINANCEIRO Nota 16	7.238.635,36	10.007.816,05	PASSIVO FINANCEIRO Nota 18	5.154.156,45	2.860.598,78
ATIVO PERMANENTE Nota 17	81.019.350,83	93.649.830,42	PASSIVO PERMANENTE Nota 19	26.723.936,47	28.779.526,49
SALDO PATRIMONIAL Nota 20				56.379.893,27	72.017.521,20

Nota 16) ATIVO FINANCEIRO: O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 7.238.635,36.

Nota 17) ATIVO PERMANENTE: O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 81.019.350,83.

Nota 18) PASSIVO FINANCEIRO: O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros. O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 5.154.156,45.

Nota 19) PASSIVO PERMANENTE: Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 26.723.936,47.

Nota 20) SALDO PATRIMONIAL: O Saldo Patrimonial no exercício foi R\$ 56.379.893,27 superavitário.

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2021



NOTAS EXPLICATIVAS

Documento Assinado Digitalmente por: WILMAR PIRES BEZERRA, ISAIAS HONORATO DA SILVA MARQUES
 Acesse em: https://eccc.tce-pc.gov.br/ep/validarDoc.aspx?codigo_documento=8817446-df50-4635-84b7-62b914261b65

Especificação Saldo dos atos potenciais do ativo	COMPENSAÇÕES				
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação Saldo dos atos potenciais do passivo	Exercício Atual	Exercício Anterior
Execução dos atos potenciais ativos	0,00	0,00	Execução dos atos potenciais passivos	44.000,00	50.700,00
Garantias e contragarantias recebidas a executar	0,00	0,00	Garantias e contragarantias concedidas a executar	0,00	0,00
Direitos conveniados e outros instrumentos	0,00	0,00	Obrigações conveniadas e outros instrumentos	0,00	0,00
Direitos contratuais	0,00	0,00	Obrigações contratuais	44.000,00	50.700,00
Outros aportes potenciais ativos	0,00	0,00	Outros aportes potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL Nota 21	44.000,00	50.700,00

Nota 21) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO: O valor do saldo dos atos potenciais passivos refere-se as Obrigações conveniados e outros instrumentos congêneres e das Obrigações contratuais a executar ao final do exercício foi de R\$ 44.000,00 referente as obrigações contratuais do Poder Legislativo.

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos. O Poder Executivo não possui sistema de contratos integrado para fazer a contabilização dos contratos nos níveis de controle.

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO		
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	201.387,93	6.808.545,20
01 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	-1.835.761,92	-250.407,24
02 - RECEITAS IMPOSTOS TRANSF DE IMPOSTOS - SAÚDE	-695.008,99	-1.001.457,50
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais da Educação Básica em efetivo exercício - mínimo 70%)	-68.136,83	-513.084,03
19 - TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - (APLICAÇÃO EM OUTRAS DESPESAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	-58.677,87	-341.434,77
20 - Transferências da complementação da União ao FUNDEB - VAAT	0,00	-183.457,31
31 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - UNIÃO/ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	183.528,99
33 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - UNIÃO/SÁUDE	0,63	-443.651,09
34 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO - UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SÁUDE/ASSISTÊNCIA SOCIAL)	2.140.744,45	-43.800,70
35 - TRANSF SISTEMA ÚNICO ASSIST SOCIAL - SUAS/UNIÃO	238.463,69	0,00
36 - SALÁRIO-EDUCAÇÃO	568.822,35	138.066,22
37 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE (NÃO REPASSADAS POR MEIO DE CONVÊNIO)	-37.492,11	-57.251,02
38 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/UNIÃO	1.204.485,42	2.958.918,18
43 - Recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	17.705,00	351.033,35
44 - Recursos do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	304.648,35	168.116,93
45 - Recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	8.175,73	1.769,10
61 - Transferências Voluntárias - Estado/Assistência Social	0,00	4.307,50
63 - Transferências Voluntárias - Estado/Saúde	0,00	85.653,98
64 - Transferências Voluntárias - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	0,00	-718.178,52
67 - TRANSFERÊNCIAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS/ESTADO	2.747,16	0,00
78 - Emendas Parlamentares Individuais - Transferência com finalidade definida (Inciso II do art. 1º EC 105/2019)	92.375,92	0,00
TOTAL Nota 22	2.084.478,91	7.147.217,27

Nota 22) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64): O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 2.084.478,91.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

O controle por fonte/destinação dos recursos foi realizado pela contabilidade do município em estrita observância a 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP). Este controle foi feito desde a elaboração do orçamento até sua execução, incluindo o ingresso, o comprometimento e a saída dos recursos orçamentários. É importante destacar a inexistência, no exercício de 2020, de padronização das fontes de recurso a nível nacional, inclusive os relacionados ao combate ao COVID-19, a ser estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como dos órgãos de controle externo. Desta forma, tendo em vista coexistir o padrão de fontes SOF e da Matriz de Saldos Contábeis, utilizamos o detalhamento das fontes de recursos com codificação própria baseada no modelo de quatro dígitos da SOF e estruturamos o "de" e "para" para oito dígitos estabelecido na Matriz de Saldos Contábeis. O nosso sistema contábil efetuou além do registro da receita orçamentária e do respectivo ingresso de recursos financeiros, o lançamento, em contas de controle dos valores classificados nas fontes/destinação de recursos correspondentes (disponibilidade a utilizar), em obediência ao parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000. Na execução orçamentária da despesa, no momento do empenho, o nosso sistema contábil realizou a baixa do crédito disponível conforme fonte/destinação de recursos, registrando a transferência da disponibilidade de recursos para a disponibilidade de recursos comprometida. Na saída do recurso o nosso sistema contábil adotou procedimento semelhante, com o registro de baixa do saldo da conta de fonte/destinação comprometida e lançamento na fonte/destinação de recurso utilizada. No balanço financeiro, as receitas e despesas em nosso sistema contábil foram detalhadas de modo a evidenciar o controle contábil por fonte/destinação dos recursos, discriminando as fontes ordinárias das vinculadas de receitas e suas respectivas aplicações em despesas em obediência ao previsto no MCASP. Já no balanço patrimonial, nosso controle contábil evidenciou em quadro específico o quadro principal, quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes, quadro das contas de compensação e o quadro de superávit/déficit financeiro por fonte de recurso de forma segregada. Desta forma, fica evidente a existência de controle contábil por fonte/destinação de recursos conforme determinações da Lei Complementar nº 101/2000, bem como das regras estabelecidas no MCASP. Quanto ao gerenciamento da aplicação das fontes/destinação de recursos, cabe aos ordenadores de despesa, seguir o controle por fonte de recursos existente e na programação financeira, evitando o comprometimento de fontes de recursos. Ao setor contábil, cabe o registro dos atos e fatos realizados no período representando em suas demonstrações o que de fato ocorreu com o gerenciamento das fontes feitos pelos gestores. Quanto ao exercício de 2021, houve déficit relativo às fontes: Receitas Impostos e Transferências de Impostos – Educação R\$ 1.835.761,92, Receitas Impostos e Transferências de Impostos – Saúde R\$ 695.008,99, Transferências do FUNDEB 70% R\$ 68.136,83, Transferências do FUNDEB 30% R\$ 58.677,87, Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE R\$ 37.492,11. Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2021



NOTAS EXPLICATIVAS

nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, saldos de passivos advindos de gestões anteriores, dentre outros. Sugerimos na qualidade de consultoria contábil que o controle interno adote as medidas necessárias junto aos gestores e tesoureiros para a obediência as regras estabelecidas para o gerenciamento mensal das fontes/destinação de recursos.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Não houve registro de passivos contingentes.
d.2. Divulgações não financeiras: Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).
d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).
d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:
Não existem saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial.

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:
Não houve transação de investimentos e financiamentos que não envolveu o uso do caixa.

g) DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO PATRIMONIAL:

As retenções são consideradas como pagas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

h) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 066/2019 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

h.1. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos de curto prazo, investimentos, demais créditos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível). No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados. Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos. O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores. Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.
h.2. Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis: Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis
h.3. Ativos imobilizados obtidos a título gratuito:

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2021



NOTAS EXPLICATIVAS

Documento Assinado Digitalmente por: WILMAR PIRES BEZERRA, ISAIAS HONORATO DA SILVA MARQUES
Acesse em: https://reconcil.pe.gov.br/portal/validarDoc.aspx?CodigoDocumento=88144446-df50-4c35-84b7-62b914261b55

Não houve no exercício bens recebidos por doação
h.4. Transferência de Ativos: Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.
h.5. Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito: Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.
h.6. Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos: Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.
h.7. Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão: Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável por parte do Poder Executivo está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio. O Poder Legislativo realizou a depreciação conforme tabela da Receita Federal do Brasil. Não houve perda de bens por inservibilidade.
h.8. Relação de Provisões e Passivos Contingentes: Não houve durante o exercício relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.
h.9. Informações de Passivos Contingentes: Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.
h.10. Perdas da Dívida Ativa: Não houve informação de perda de dívida ativa por parte do departamento tributário.
h.11. Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.
h.12. Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105): Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.
h.13. Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103): Não houve avaliações externas de mensuração de provisões
h.14. Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 8ª Edição): Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.
h.15. Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado: Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.
h.16. Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.
h.17. Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.
h. 18. Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106): Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.
h. 19. Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação.
h. 20. Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106): Não houve passivos perdoados durante o exercício.
h. 21. Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107): Não houve recebimento de heranças, presentes ou doações.
h. 22. Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105): Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.
h. 23. Avaliação Externa das Provisões (NBC T SP 03 – Item 103): Não houve avaliação externa de provisões para esta entidade.
h. 24. TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT): Não houve teste de imparidade durante o exercício.

i) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

i.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):	
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP	
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2021



NOTAS EXPLICATIVAS

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Não se aplica	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	01/01/2018	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	31/12/2019	Em Andamento
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	01/01/2023	Em andamento
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2021



NOTAS EXPLICATIVAS

	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	31/12/2019	Em andamento
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Civis e Militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Não se aplica	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	01/01/2021	Em Andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Em Andamento
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Não se Aplica	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	01/01/2022	Em Andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Não se aplica	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Não se aplica	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	Imediato	Concluído

BALANÇO PATRIMONIAL DO MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2021



NOTAS EXPLICATIVAS

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças e Procuradoria	Imediato	Concluído

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretária de Administração e Finanças e Presidente do respectivo consórcio	Imediato	Em andamento

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretária de Administração e Finanças	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

ISAIAS HONORATO DA SILVA
 MARQUES:03921882443

Assinado de forma digital por ISAIAS HONORATO DA SILVA MARQUES:03921882443
 Dados: 2022.03.29 17:59:05 -03'00'

WILMAR PIRES
 BEZERRA:72870648472

Assinado de forma digital por WILMAR PIRES BEZERRA:72870648472
 Dados: 2022.03.29 18:23:37 -03'00'

ISAIAS HONORATO DA SILVA MARQUES
 Prefeito

WILMAR PIRES BEZERRA
 Contador
 CRC-PE. 015.662/O-2

Documento Assinado Digitalmente por: WILMAR PIRES BEZERRA, ISAIAS HONORATO DA SILVA MARQUES
 Acesse em: https://stc.tce.pe.gov.br/epi/validaDoc.seam Código do documento: 881a4ad6-db50-4635-84b7-62b914261bc5